

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT21.040

REFORMA EMPRESARIAL: COMO O INDIVIDUALISMO DESVIRTUA O SENTIDO DO BEM-COMUM

MARA LUCIA DA SILVA RIBEIRODoutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da São Paulo – UNIFESP,
mara.ribeiro@unifesp.br

RESUMO

Este ensaio reflete sobre as finalidades da escola pública e seu descompasso com as concepções neoliberais. A partir da revisão da literatura que aborda o sentido da educação, demonstra a incompatibilidade entre interesses públicos e privados, demonstrando que a educação como bem-comum, deve valorizar as virtudes de solidariedade, igualdade e tolerância em oposição a hipervalorização de competências individuais, característica fundante do neoliberalismo. Apoiado nos estudos de Freitas (2018) e Laval (2019) analisa os conceitos neoliberais de meritocracia, igualdade de oportunidades e competitividade, demonstrando que sua aderência junto a população, influencia a construção de subjetividades individuais e coletivas (Laval, 2019), criando mecanismos de legitimidade para reformas administrativas, assentadas no neoliberalismo. Reformas que instituem currículos prescritivos e avaliações censitárias que tolhem a autonomia docente e se constituem em mecanismos de responsabilização de educadores. Demonstra ainda, como a valorização de um currículo escolar utilitarista, alinha-se ao conceito de capital humano e objetiva atender aos interesses do mercado. Nesse sentido, assevera que o neoliberalismo transforma o direito coletivo de acesso a cultura e ao conhecimento científico socialmente construído em apropriação desigual, perpetuando as injustiças sociais. Baseado em Gentili (2009), analisa a expansão do acesso à educação como exclusão includente. Análise essa, que parte da reflexão de que, a inviabilidade da permanência da totalidade da população nas escolas públicas, deu-se pela ausência de reformas políticas estruturais. Observando essa questão, a partir da lógica neoliberal, apresenta a deterioração da imagem da escola pública como elemento integrante do projeto de privatização, entendido como categoria central da reforma empresarial do Estado brasileiro (Freitas, 2018). Conclui que as reformas do

Estado, amparadas nos princípios neoliberais, vinculam-se a uma nova ordem educacional mundial, que segrega de forma violenta a população mais pobre, sob o discurso da meritocracia e da igualdade de oportunidades, sentido inverso de uma educação humanista e emancipadora.

Palavras-chave: Educação pública, Bem-comum, Neoliberalismo, Reformas Empresariais, Meritocracia.

INTRODUÇÃO

Este ensaio objetiva refletir sobre as finalidades da escola pública e seu descompasso com as concepções neoliberais. Por meio de uma revisão bibliográfica, o texto analisa conceitos que subsidiam a discussão sobre o impacto das reformas administrativas com características neoliberais sobre a organização e funcionamento da escola. Para isso, nos baseamos em Carvalho (2008) que, ao analisar as mudanças no sentido da qualidade da educação, demonstrou que as virtudes públicas de solidariedade, igualdade e tolerância são incompatíveis com a hipervalorização de competências individuais, característica fundante da sociedade de consumo. O autor nos convida a pensar na forma como se estruturou o discurso que percebe com naturalidade uma dicotomia entre público e privado, ao mesmo tempo em que ressalta a eficiência do segundo em comparação ao primeiro.

Carvalho (2008) baseado nos estudos de Hannah Arendt (1978, 1989) define privado como o espaço da garantia da sobrevivência, da proteção e continuidade da espécie, que tem no labor seu instrumento de manutenção da vida. Em outro sentido, a esfera pública é entendida como “o universo simbólico e material comum compartilhado” (Carvalho, 2008, p. 415), instituído pela construção de bens permanentes a partir do trabalho, que possui natureza e objetivos diferentes do labor, visto que sua razão de ser não se encontra na manutenção direta da vida, mas sim na permanência da espécie humana no planeta.

Para o autor a sociedade de consumo desvirtuou a concepção dessas esferas, especialmente no que se refere ao pertencimento a um mundo comum em que a existência coletiva tem seu lugar. Nesse sentido, o Estado enquanto instituição organizadora de um determinado grupo humano, deixa de ser o defensor do bem-comum, para ocupar o papel de administrador de interesses privados, na perspectiva da garantia da continuidade da sociedade de consumo.

Para a análise do papel da escola nesse contexto, partimos da compreensão de que o ser humano possui a capacidade de intervir na vida de outros seres humanos, perpetuando a cultura, o que confere sentido a educação (Saviani e Duarte, 2010). Nessa direção, buscaremos demonstrar como o neoliberalismo transforma o direito coletivo de acesso a cultura e ao conhecimento científico em apropriação desigual, perpetuando as injustiças sociais. Cabe ressaltar que, mesmo no contexto de expansão da escola pública, essa instituição teve sua finalidade transformada em fábrica de capital humano, desvirtuando sua função social, compreendida como

a emancipação das pessoas (Freire, 2009), na perspectiva de uma ação pedagógica que possibilita a construção de uma consciência crítica, que por sua vez proporciona a análise objetiva da realidade, que pode impulsionar as ações humanas para sua emancipação (Curado-Silva, 2018).

Nesse contexto, ao garantir a expansão do acesso à escola sem uma preocupação com as condições de permanência para a efetividade desse direito, o Estado brasileiro atuou como um instrumento, do que Gentili (2009) denominou de exclusão includente. De acordo com o autor, o Estado brasileiro não instituiu políticas públicas para que questões sociais, econômicas ou culturais viabilizassem a frequência da população mais pobre nas instituições escolares, portanto, ao deixar de garantir o uso de um direito, atuou para sua exclusão.

Em uma sociedade que propagandeia a ideia de oportunidades iguais, o discurso de expansão do acesso a matrícula na educação básica gerou a “universalização sem diretos” (Gentili, 2009, p. 1064). Assim, a pobreza extrema compreendida como uma questão estrutural, não foi objeto de políticas públicas na perspectiva da alteração radical das condições de vida da população. Todavia, o que se verificou foi a ascensão de governos desenvolvimentista que, ao não combaterem o discurso capitalista, abriram espaço para o avanço do neoliberalismo (Freitas, 2018).

Para a compreensão das reformas políticas empreendidas no Brasil a partir da década 1990, é necessário analisar seu contexto histórico e os fatores motivadores de tais reformas. Autores que se debruçam sobre esse tema o fazem a partir de duas principais concepções, a da Nova Gestão Pública (NGP) que, de forma sucinta, significa implementar políticas de gestão empresarial no setor público, conferindo certa autonomia aos gestores educacionais, ao mesmo tempo em que exerce sobre eles maior controle e responsabilização sobre os resultados, aferidos por metas pré-estabelecidas pelas avaliações em larga escala (Oliveira, 2021).

Partindo da perspectiva de que o neoliberalismo estrutura as políticas de Estado, para alcançar a privatização plena, autores como Freitas (2018) denominam essas mudanças de Reforma Empresarial e se propõem a analisar o avanço do neoliberalismo como um projeto composto por etapas, que precisam ser compreendidas a partir das características estruturantes do capitalismo e sua necessidade de adaptação à novos contextos históricos. Sem desconsiderar as importantes reflexões sobre o tema, empreendidas por pesquisadores/as adeptos da teoria da NGP, para esse ensaio adotamos a reforma empresarial como base teórica.

Organizamos esse texto por três seções dispostas após essa introdução. A primeira seção é dedicada a apresentação das bases sob as quais estão assentadas as reformas neoliberais, a segunda busca analisar os propósitos do currículo escolar vinculando-o às reformas educacionais e a terceira analisa as consequências da ruptura com a concepção de educação como bem público, a partir do processo de sua privatização. Encerrando o ensaio apresentamos uma conclusão que ressalta a importância da análise da totalidade da realidade para sua apreensão crítica, assim como para a construção de uma educação como bem-comum em que o conhecimento científico possa ser democraticamente acessado por todas as pessoas.

REFORMAS NEOLIBERAIS E SEU IMPACTO NA EDUCAÇÃO

De acordo com Freitas (2018) o neoliberalismo é formado pela somatória das características do liberalismo clássico com o autoritarismo social. Portanto, o livre mercado, o individualismo e a meritocracia são a base sobre a qual se edificam a destruição das políticas de justiça social para a promoção do bem-comum. Por essa concepção, a intervenção do Estado atrapalha a liberdade individual e a livre concorrência, que são os motivadores da eficiência. Para o autor esse projeto é composto por etapas que, paulatinamente, desestruturam as políticas do bem-estar social, ao mesmo tempo em que criam as bases ideológicas que sustentam a lógica privada de funcionamento da prestação de serviços para a população.

Nessa perspectiva, podemos compreender como as propostas de unificação curricular como os Parâmetros Curriculares Nacionais e os Sistemas de Avaliação Nacional, se constituem como o início de uma fase de controle e de responsabilização sobre educadores/as. Para Freitas (2018) a deterioração da imagem do serviço público, faz parte do projeto neoliberal de privatização, contribuindo para ampliar a perspectiva da ineficiência do Estado, fortalecendo o apoio popular às privatizações, transformando a educação em uma mercadoria que pode, inclusive ser subsidiada pelo Estado a partir de vouchers¹. Para o autor a privatização é a categoria central

1 São denominados de **vouchers** os subsídios do governo para o pagamento de escolas privadas. Dessa forma, a população recebe um **ticket** ou **voucher**, com o qual deverá pagar a escola privada que seu/sua filho/a irá frequentar. A escolha da escola é baseada por critérios elencados pela própria família, proximidade, qualidade ou possibilidade de complemento do valor recebido, gerando uma falsa ideia de democracia de acesso e liberdade de escolha.

da reforma empresarial, que é implementada por etapas, no processo de adaptação do capitalismo aos contextos históricos.

Sobre esse aspecto, salientamos que na lógica neoliberal as famílias podem complementar o valor do voucher recebido, pois não importa se o capital empregado será de indivíduos ou corporações (Laval, 2019). Dessa forma, reforça-se a concepção de meritocracia, baseado na ideia de que aqueles que se dedicam ao trabalho, obtêm melhores postos no mercado, acumulam capital e podem investir na educação de seus filhos, para que estes sigam nesse ciclo, ilusoriamente progressivo, de aumento de status social e poder aquisitivo.

Importante observar que, a lógica que subjaz esse pensamento meritocrático é a de igualdade de oportunidades, que na perspectiva de Oliveira (2021) tem na escola um espaço de difusão. Essa análise nos remete a discursos direcionados a crianças e jovens, frequentemente veiculados por familiares e educadores/as de que, para ser alguém na vida, é preciso estudar bastante, em uma perspectiva de um vir a ser que desconsidera a vida presente e as condições socioeconômicas da sociedade de classes, alimentando uma ilusão futura e ao mesmo tempo reforçando a crença no individualismo.

Para a autora

O ideal de igualdade de oportunidades, fundado na possibilidade de os indivíduos se ascenderem a posições sociais de maior prestígio por seus valores pessoais e não por herança ou dinheiro, constitui uma matriz normativa importante dos sistemas escolares. Contudo, esse sustentáculo, baseado no princípio de igualdade, nunca passou de um enunciado teórico formal em especial na realidade latino-americana (Oliveira, 2021, p. 127).

Nesse contexto outros agentes formadores de opinião ocupam importante papel para a propaganda neoliberal, com especial destaque para a mídia que frequentemente apresenta problemas no funcionamento de setores públicos, criando falsas ideias generalizantes, para na sequência anunciar reformas de caráter empresarial como solução do mal gerenciamento do Estado. Assim, as avaliações institucionais que, em sua essência, deveriam ser utilizadas como instrumentos para o planejamento de políticas públicas de promoção de melhoria na qualidade social da educação, na verdade sustentam o discurso de que a educação pública precisa de ajustes, aos moldes do setor privado, para atingir as metas estabelecidas pelo próprio Estado e por organismos internacionais.

Nessa perspectiva, Freitas (2018) chama a atenção para a despreocupação das reformas empresariais com a situação estrutural do funcionamento das escolas, seu contexto socioeconômico, assim como as condições de trabalho dos/as professores/as, destacando os desvios de sentido nas avaliações censitárias, com relevante impacto para estudantes e educadores/as. Assim, o direito de receber uma boa educação, de ser educado/a a partir de um currículo cientificamente referenciado, transforma-se no direito de adquirir competências e habilidades listadas a partir das necessidades de produção de mão de obra trabalhadora, enfatizando as relativas a língua portuguesa e a matemática, cujas aprendizagens passam a ser avaliadas por médias de desempenho.

CURRÍCULO UTILITARISTA

Na perspectiva da compreensão do currículo como um dos instrumentos que corroboram a função da escola, pois dará materialidade aos objetivos e finalidades da educação, buscamos em Freire (2001) uma definição de escola, que nos parece assertiva para adensar as argumentações que ora apresentamos. Em suas obras o autor trabalha com a concepção de escola como um direito público, mas nesse escrito específico, sua defesa pela democratização do conhecimento além dos pressupostos epistemológicos, tem razão de ser por tratar-se de uma coletânea de entrevistas com conteúdos que partem de sua experiência como secretário municipal de educação da cidade de São Paulo (1989-1991). Assim, para o autor a escola pública é o espaço onde tem lugar de destaque a apreensão crítica do conhecimento significativo através da relação dialógica. É a escola que estimula o aluno a perguntar, a criticar; onde se propõe a construção do conhecimento coletivo, articulando o saber popular e o saber crítico, científico, mediados pelas experiências no mundo (Freire, 2001, p. 83).

Nesse contexto, o autor analisa o papel político da educação, na perspectiva de que o currículo é um instrumento que pode possibilitar a mediatização entre estudantes e a cultura. Entretanto, além de posicionamento político, adverte Freire (2001), é necessária uma postura metodológica diante de seu planejamento, pois as decisões sobre **o quê** será selecionado, assim como **para que** determinados temas/conteúdos serão utilizados para o trabalho do/a professor/a, são os elementos que dão sentido à ação pedagógica e refletem a concepção de mundo e de educação que subjaz esse trabalho.

Nessa perspectiva, sublinhamos a importância que o currículo ocupa na formação humanizadora dos sujeitos, por meio da democratização do acesso aos saberes social e historicamente construídos, como um bem coletivo. Nesse sentido, Saviani e Duarte (2010) defendem um currículo que contemple o alcance dos clássicos, vinculados aos conteúdos que se reportam “ao patrimônio cultural da humanidade que deve ser assimilado pelas novas gerações como elemento de sua plena humanização” (p. 430), portanto, muito mais complexo e significativo do que a aquisição de competências e habilidades, ligadas a língua materna e a matemática.

A partir do resgate histórico dos propósitos da educação, Laval (2019) demonstra a construção de um projeto que gradativamente vai modificando as formas escolares. O autor anuncia a tendência de uma nova ordem escolar, marcada pelo funcionamento da escola neoliberal, definida como um “modelo escolar que considera a educação um bem essencialmente privado, cujo valor é acima de tudo econômico” (Laval, 2019, p. 17).

O autor destaca a lógica utilitarista dessa escola, que se organiza a partir de um currículo planejado para atender as expectativas e necessidades do mercado. Importante ressaltar que, em alguma medida, o sentido utilitarista dessa escola ganha aderência na sociedade capitalista, mesmo por parte daquela parcela da população que não se beneficia com a existência da escola dual². Sobretudo, grupos sociais que foram seduzidos pela lógica do mercado e pela promessa de bons empregos, de ascensão social e econômica pelo mérito pessoal, veem sentido no currículo mínimo, se esse tiver um caráter útil de resultado imediato em sua vida, reproduzindo a racionalidade capitalista de que o conhecimento deve ser “uma ferramenta a serviço da eficiência do trabalho” (Laval, 2019, p. 49).

Ressaltamos que esses mecanismos de organização e controle não são novidades para o capitalismo. Nesse contexto, as transformações nas administrações públicas dos anos de 1980, baseadas na globalização do comércio, internacionalização das relações financeiras, privatizações de serviços até mesmo considerados essenciais, mercantilização da cultura e do lazer, dentre outros mecanismos de controle do mercado sobre a organização política e social nos Estados capitalistas, estão inseridos no contexto de mutação do capitalismo. Essas transformações buscam enfraquecer os elementos que venham ameaçar as estruturas fundantes

2 Nos referimos a teoria da escola dualista presente em Saviani (1989), que reconhece a existência de dois tipos de escola, cujo objetivo é reproduzir as relações sociais e econômicas presentes na sociedade capitalista, perpetuando a sociedade de classes.

do capitalismo, eliminando todo e qualquer ameaça ou dificuldade de expansão do poder do capital (Laval, 2019).

Para a compreensão desse método de dominação, é necessário observarmos a conjuntura histórica em sua dialética complexidade. Nesse sentido, destacamos os movimentos taylorista e fordista como mecanismos de controle dos/as trabalhadores/as que, embora visassem objetivamente a continuidade da acumulação de capital, estimularam, de alguma maneira, a escolarização dos/as operários/as. Na prática o que se efetivou foi a continuidade da vinculação entre instrução e trabalho, em uma lógica de produção de mão de obra e não de educação para o desenvolvimento humano. Para Saviani (2003), p. 159-150) o que se verificou foi a objetivação e o “parcelamento do trabalho por meio da estratégia de expropriação dos saberes dos trabalhadores, sua elaboração e devolução na forma parcelada”.

Por outro lado, assinalando a conjuntura histórica dialética e contraditória, esse contexto é também de forte pressão social, decorrente da crise econômica e política que predomina no mundo capitalista do início do século XX. Dessa forma, verificou-se o desenvolvimento de um arcabouço jurídico de proteção social, resultado de violentas disputas entre operários e patrões.

Essa conjunção de elementos, vinculada ao desenvolvimento de estatutos profissionais, que valorizam a aquisição de diplomas e certificados técnicos ou de especialista, estimulam a instrução e a formação da classe trabalhadora, (Laval, 2019). Nesse processo

[...] a escola parte integrante do ‘compromisso fordista’ e da ‘sociedade salarial’ diplomou pessoas dotadas de direitos reconhecidos por convenções coletivas e contribuiu para o estabelecimento de estatutos nos quais elas podiam se apoiar para vender sua força de trabalho. Ainda que a relação entre diploma e emprego nunca tenha sido geral e unívoca, o diploma dava em larga medida o fundamento da hierarquia interna da classe assalariada (Laval, 2019, p. 42)

Assim, a busca por uma formação mais especializada estava vinculada a percepção de que o diploma poderia resultar em alguma ascensão social. Nesse sentido, destacamos a força simbólica que esses diplomas, especialmente os técnicos e profissionalizantes, concediam aos/às assalariados/as, conferindo-lhes alguma autonomia e construindo a concepção de que um bom diploma asseguraria uma boa profissão, portanto, os valores capitalistas vão formatando a subjetividade do/a trabalhado/a (Laval, 2019).

Porém o neoliberalismo, suas novas regras e dispositivos de conservação do esquema de acumulação de capital, vão alterar a relação entre diploma e valor do indivíduo. Para Saviani (2003) a concepção de “qualidade total” originada a partir do Toyotismo, traz para o centro da produção mercadológica a satisfação do cliente, modificando a lógica da organização do trabalho. Nesse contexto, para garantir sua permanência no emprego, o/a trabalhador/a passa a ser estimulado/a a vestir a camisa da empresa e agradar aos/às clientes a todo custo.

Em uma conjuntura de desemprego crescente, o diploma adquire outro valor e, pouco a pouco o/a trabalhador/a vai assumindo maior responsabilidade sobre a busca por uma formação que nunca será suficiente.

A partir dessa análise Laval (2019) apresenta o conceito de capital humano, como a gama de conhecimentos adquiridos ao longo da vida, que são utilizados como “trunfos que o indivíduo pode fazer valer no mercado e vender aos empregadores como fonte potencial de valor” (2019, p. 51). Portanto, além de enquadrar-se no contexto analisado, apresenta ao/à trabalhador/a a percepção de si mesmo/a como mercadoria, questão estimulada pela ideia de empreendedorismo. Assim, a nova lógica de organização da escola, vinculada ao projeto neoliberal de reorganização social, interfere na subjetividade dos sujeitos, de maneira que o consumo se sobrepõe a instrução (Laval, 2019).

De acordo com Laval (2019), o desenvolvimento tecnológico industrial demanda um certo domínio científico e o aumento do nível cultural da mão de obra, situação que não pode onerar os cofres públicos, tendo em vista a necessidade de acúmulo de capital, essência do capitalismo. Assim, essa responsabilidade é transferida para o indivíduo ou para as famílias, chamadas a investir na educação de seus/as filhos/as, alterando também a finalidade da escola, que passa a ter seu valor vinculado ao fornecimento de capital humano para as empresas. Percebemos aqui uma dupla significação para esse conceito, que se complementam em sua essência, para os indivíduos esse investimento expressa a aquisição de um capital de conhecimentos considerados úteis, adquiridos por esforços individuais, que assegurará seu lugar na sociedade, enquanto para o mercado representa a formação de mão de obra de acordo com as suas necessidades.

De acordo com Freitas (2018) o projeto político-ideológico das reformas empresariais desestrutura a gestão democrática, retirando a concepção de escola pública como um bem comum, ao mesmo tempo em que retira dos docentes sua autonomia, precarizando o trabalho docente.

A partir do quadro apresentado a seguir, é possível verificar como determinadas políticas públicas alinham-se entre si para a implementação do projeto neoliberal.

Quadro 1 - Alinhamento de políticas públicas educacionais e seu resultado

Crítérios de Gestão Empresarial	Políticas Públicas	Resultados
Definição clara dos objetivos		Padronização do ensino e da aprendizagem
Estabelecimento de metas quantificáveis	Padronização através das bases nacionais curriculares (Ed. Básica e Formação Docente)	Inserção das escolas em sistemas meritocráticos de prestação de contas (accountability)
Compartilhamento das metas		
Criação de instrumentos para acompanhamento do cumprimento das metas	Avaliações externas ou testes censitários	Qualidade aferida pelo cumprimento das metas
Criação de mecanismos de premiação, punição e correção de desvios	Responsabilização verticalizada	Redução das finalidades da educação ao alcance das metas Estímulo à competitividade entre professores/as e escolas

Fonte: Elaborado pela autora.

Portanto, a análise da totalidade desse arcabouço legal evidencia a vinculação entre as avaliações censitárias (provas criadas pelo Ministério da Educação ou pelas secretarias estaduais e municipais de educação), a prescrição curricular por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a redução do currículo de formação de professores ao cumprimento da BNCC, as políticas de responsabilização como a criação de bônus para professores/as ou gestores educacionais, cujas turmas ou escolas alcançam as metas de avaliação, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

PRIVATIZAÇÃO COMO PROCESSO E EXCLUSÃO COMO CONSEQUÊNCIA

O alinhamento das reformas educacionais analisadas em seu contexto histórico, nos permite perceber que o projeto neoliberal de sociedade busca controlar as subjetividades, moldando desejos e aspirações sociais, camuflando o empobrecimento do currículo ofertado a classe trabalhadora. Nesse sentido, ressaltamos

que o estabelecimento de um currículo descontextualizado da realidade concreta, que não corresponde as reais necessidades da comunidade objetiva controlar o acesso ao conhecimento por parte da população mais pobre e garantir a manutenção de uma formação ampla as elites econômicas. Da mesma forma, as metas de aprendizagem buscam medir a aquisição de competências e habilidades praticistas, mas são vendidas à população como mecanismos que possibilitam o controle e o aumento da qualidade da educação.

Entretanto, o que verificamos na prática é a utilização dos resultados das avaliações externas no processo de responsabilização de docentes e gestores educacionais³. Outro elemento originário desse contexto é o estímulo a competitividade entre professores/as e escolas, desvirtuando o sentido da educação e a construção de Projetos Político-Pedagógicos coletivos e contextualizados. Importante observar que a competitividade está inserida na concepção individualista de mérito por esforço pessoal, mais uma vez na direção contrária a construção coletiva de projetos educacionais autônomos, que visem a compreensão da realidade para sua transformação.

Nesse sentido, a desmoralização da educação pública e do magistério legitima o projeto de privatização da educação. De acordo com Freitas (2018) a filantropia tem um papel fundamental para a propaganda e o financiamento da privatização. O autor demonstra como os grupos privados, ligados a associações sem fins lucrativos aproximam-se dos postos de decisão e passam a exercer influência sobre as decisões políticas.

Dentre os exemplos possíveis a partir da realidade brasileira, destacamos as ações empreendidas pelo grupo denominado *Todos pela Educação (TPE)*⁴, que tem cumprido importante função na veiculação das ideais neoliberais, assim como na criação de políticas públicas.

3 Como exemplo podemos citar o Projeto de Lei 88/2023, em tramitação no Senado Federal, que dispõem sobre a responsabilidade educacional na garantia de oferta e de padrão de qualidade na educação básica pública, que prevê abono salarial aos/às profissionais da educação que atingirem as metas, assim como a abertura de processos administrativos para aqueles/as que não as cumpriram. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/155746>.

4 O grupo *Todos pela Educação (TPE)* se autodeclara como uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos e sem vinculação partidária, que objetiva mudar a qualidade da educação básica no Brasil. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 17 de nov. de 2023.

O TPE, através da mídia, buscou consolidar na sociedade o consenso de que o estabelecimento de exames de larga escala constitui por si só um instrumento fundamental na garantia da qualidade da educação. Segundo o TPE, a sociedade deve exercer um poder de pressão e controle sobre os governos, valendo-se dos resultados dos instrumentos que medem o desempenho escolar, tais como a Prova Brasil e as avaliações estaduais. Além disso, a qualidade da educação deve ser pautada por uma “cultura de metas”, cultura essa reforçada pelo governo através da criação do Ideb (Martins, 2013, p. 132-133).

Defendendo a tese de uma escola pública com gestão pública, Freitas (2018) analisa esse processo como uma etapa do neoliberalismo, afirma que não existe meia privatização e ressalta a diferença essencial entre público e privado. Para o autor o público é entendido como uma instituição social, voltada para o bem-comum, já o privado consiste na propriedade de alguém, portanto, responde à interesses particulares. Nesse sentido, somente uma gestão democrática poderá atender a população em seu contexto cultural, respeitando as necessidades e especificidades de cada comunidade. No sentido oposto, a homogeneização das práticas pedagógicas, defendida pelos grupos privatistas, privilegia o controle e a responsabilização verticalizada como defendido pelos reformistas (Freitas, 2018).

Nesse contexto, é possível observar a proposta de reforma do ensino médio como a estratégia de redução do currículo às disciplinas básicas que, de acordo com Freitas (2018, p. 82) é uma tática que objetiva não “educar demais a mão de obra”, inviabilizando a construção de uma consciência crítica e sua consequente mobilização popular. De acordo com a análise do autor, a profissionalização como proposta pedagógica, denota o desvio da juventude de seu direito a escolarização básica para entrada precoce no mercado de trabalho.

Somada a essa análise acrescentamos a lógica do empreendedorismo, que se alinha a flexibilização das relações de trabalho, transferindo para o indivíduo a obtenção de sucesso profissional, a concepção do empreendedor de si mesmo vai pouco a pouco tomando forma e se consolidando como o natural. Nesse sentido, ressaltamos que a análise da totalidade das relações de produção no sistema capitalista evidencia que, em uma sociedade organizada a partir da divisão de classes, não há trabalhador patrão de si mesmo.

Analisando os efeitos das reformas empresariais sobre a população, Freitas (2018) apresenta uma questão ética com relação a projetos políticos que interferem diretamente na vida dos/as estudantes. O autor questiona

temos o direito de submeter gerações de crianças e jovens a experimentação massiva, sem que tenhamos suficiente evidência que aponte ausência de impactos negativos sobre os estudantes e alguma possibilidade concreta de sucesso nestas políticas? Quais os riscos que são suportáveis em um empreendimento de escala nacional? (Freitas, 2018, p. 100).

Nesse sentido, Freitas (2018) chama a atenção para os mecanismos de legitimação utilizados pelos reformadores para defende a eficiência das reformas educacionais nos EUA que, baseados nas evidências empíricas, afirmavam a existência de melhora nos índices de aprendizagem, medido a partir das avaliações padronizadas. Analisando essa questão, Freitas (2018) adverte para a inconsistência científica na produção de relatórios, utilizados como estudos definitivos e comprobatórios da eficiência de determinadas práticas educativas e sua consequente utilização como orientador de políticas públicas.

Partindo da ciência de que as evidências empíricas foram executadas por *think tanks*⁵, o autor analisa seus resultados à luz de revisões realizadas por pesquisadores ligados a universidades e centros de pesquisa, advertindo para o caráter tendencioso dos resultados. Para essa afirmação Freitas (2018) apresenta, dentre outros exemplos, a revisão realizada pelo *National Education Policy Center*⁶, que demonstrou a diferença de 0,05 pontos entre estudantes de escolas terceirizadas em relação a estudantes de escolas públicas no desempenho em matemática, comprovando a supervalorização dos dados.

Avançando a análise sobre as finalidades da educação neoliberal, Freitas (2018, p. 115) afirma que suas práticas escolares valorizam a competição em detrimento da solidariedade e da democracia, a escola se transforma em espaço de competição, o/a aluno/a aprende a competir pela “resiliência na adversidade”. De acordo com o autor a resiliência como sinônimo de empreendedorismo, legitima a filosofia do fracasso dos indivíduos considerados sem mérito, por falta de empenho individual.

5 De acordo com Dasso Júnior (2016) os *think tanks* são grupos de pesquisadores cuja preocupação está na resolução de questões demandadas por governos, se situam entre a academia e os formuladores de políticas públicas, portanto, não possuem uma preocupação especificamente científica e estão vinculados aos interesses do mercado, pois dele recebem seu financiamento.

6 Grupo de pesquisa vinculado a Universidade do Colorado, informações disponíveis em: <https://nepc.colorado.edu/about-us>. Acesso em: 10 de nov. de 2023.

O cenário justifica a exclusão daqueles e daquelas que não querem aprender, pois na concepção meritocrática todos/as tem acesso às mesmas oportunidades. Porém, essa violenta forma de exclusão, desvela a realidade concreta, pois o que está em curso é o aperfeiçoamento do que Gentili desde 2009 denomina de exclusão includente.

[...] no contexto de dinâmicas de inclusão e inserção institucional que acabam sendo insuficientes ou, em alguns casos, inócuas para reverter os processos de isolamento, marginalização e negação de direitos que estão envolvidos em todo processo de segregação social, dentro e fora das instituições educacionais (Gentili, 2009, p. 1061).

Observando as consequências desse projeto desumanizador, Laval (2019) demonstra como a lógica meritocrática justifica as desigualdades sociais e econômicas, responsabilizando os sujeitos por seu fracasso escolar e econômico. Assim, para os neoliberais “os alunos mais inteligentes aprendem rápido e, por um custo limitado, acumulam um capital muito rentável, enquanto os menos inteligentes penam para conseguir um diploma cujo custo não será compensado por um retorno futuro” (Laval, 2019, p. 53).

Essa análise que envolve a teoria do capital humano, justifica a defesa neoliberal do financiamento privado, de empresas ou famílias, no setor educacional, ao mesmo tempo em que supervaloriza o caráter utilitarista da educação. De acordo com Laval (2019), essa concepção também exerce influência na produção do conhecimento científico e acadêmico. Em sua análise, desde a fase do taylorismo, o capitalismo vem se apropriando do conhecimento prático dos operários, incorporando-os a novas ferramentas e transformando-os em conhecimentos científicos úteis ao processo produtivo. Aprimorando esse processo, o ultrutilitarismo se caracteriza pela subordinação do conhecimento científico à economia, aprisionando pesquisadores ao seu funcionamento.

O autor demonstra que na educação superior, foram utilizados os mesmos mecanismos de sujeição da educação básica, resultando no que ele denomina de “universidades de empresa” (Laval, 2019, p. 57), que estão diretamente subordinadas a grupos corporativos. Nessa lógica, a ciência passa a ser financiada pelo mercado, que encomenda e comercializa os resultados do conhecimento produzido no interior das universidades, privadas ou públicas, a depender do poder de influência dos grupos econômicos sobre as decisões políticas, evidenciando que a análise

sobre o projeto neoliberal, desenvolvida ao longo desse ensaio, não está restrita a educação básica, visto tratar-se de um projeto de sociedade.

Em última instância nos cabe concluir que os objetivos do bem-comum, da solidariedade, da democracia e do respeito à diversidade, são elementos que não encontram espaço dentro de uma sociedade que substituiu o direito à vida pelo direito ao consumo, que sobrepõe o conceito liberal de liberdade individual ao de bem-estar da comunidade, o que muitas vezes significa a própria existência.

CONCLUSÃO

A guisa de conclusão entendemos que, pelo exposto nesse ensaio, os ideais de solidariedade, igualdade e tolerância pressupõem um projeto de educação que valorize a totalidade das potencialidades humanas, em que o conhecimento socialmente construído se mantenha a serviço da liberdade de todas as pessoas, de maneira que a aprendizagem esteja associada à consciência da realidade para a emancipação de todos os sujeitos, reconhecidos como criadores de cultura (Freire, 2009). Portanto, o individualismo meritocrático e a competição sectária, características do neoliberalismo, são exatamente o oposto dos fundamentos de uma educação humanizadora.

Ressaltamos o desejo motivador de inúmeros/as autores/as, pesquisadores/as e educadores/as que, ao refletir sobre a complexidade da educação, propõem soluções concretas, procurando não alimentar o pessimismo paralisante, ao mesmo tempo em que não se deixam enganar pelas promessas neoliberais.

Nesse sentido, ao final de sua obra Freitas (2018) apresenta uma relação de vinte propostas para a organização da resistência, que não nos cabe aqui descrever. Gostaríamos apenas de sinalizar que entre questões imediatas, como a revogação da Reforma do Ensino Médio, ou de caráter estrutural como a eliminação da dualidade do sistema educacional, o autor nos convida a refletir sobre o nosso papel nesse processo.

Para além da denúncia da realidade opressora e desigual, importante função das pesquisas em educação, é necessário o anúncio de outras possibilidades, que sustentem cientificamente propostas de outras formas de organização escolar. Laval (2019) nos ajuda a refletir sobre a necessidade de reformulação da escola atual, que segue o modelo burguês da França do século XIX, uma escola que não acompanhou as transformações do mundo. Nesse sentido, o autor adverte para

o fato de que esse discurso reformador alimentou as propostas neoliberais que culminaram com a organização da nova ordem educacional mundial, que segrega de forma violenta a população mais pobre, sob o discurso da meritocracia e da igualdade de oportunidades.

Embora acreditemos na potencialidade da escola pública, não temos a ilusão de que é possível reformá-la mantendo as bases que sustentam o capitalismo, visto que se trata de uma questão estrutural, e aqui nos baseamos em Gentili (2009), para afirmar que somente por meio da instituição de uma educação pública para todas as pessoas será possível eliminar a escola dual. Porém, dada a complexidade desse caminho, compreendemos que é possível diminuir a distância, hoje abismal, que separa ricos e pobres e perpetua a concentração de capital financeiro e científico. Sobretudo, rompendo com o caráter utilitarista da educação e seu discurso técnico falsamente apolítico, resgatando o caráter público da educação, nos moldes da análise de Carvalho (2008), como um bem-comum que precisa ser preservado e democraticamente acessado por todas as pessoas, será possível a organização de práticas pedagógicas emancipadoras.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Sérgio F. O declínio do sentido público da educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 89, n. 223, p. 411-424, set./ dez. 2008. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3705/3442>.

CURADO SILVA, Katia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro. Epistemologia da práxis na formação de professores: perspectiva crítica emancipadora. **Perspectiva**, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 330-350, 2018. DOI: 10.5007/2175-795X.2018v36n1p330. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2018v36n1p330>. Acesso em: 14 jul. 2023.

DASSO, Aragon. **Nova Gestão Pública (NGP)**: a teoria de administração pública do estado ultraliberal. Recuperado de <http://www.publicadireito.com.br/artigos> (2016). Acesso em: 10 de nov. de 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 5ª ed.. São Paulo: Cortez, 2001.

FREITAS, Luis Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GENTILI, Pablo. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1059-1079, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/7CLbgjQSMbW6hX7T9wbQ4mn/?format=pdf&lang=pt>

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao Ensino Público. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARTINS, Erica Moreira. **Movimento “Todos pela Educação**: um projeto de nação para a educação brasileira. 2013, 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2013.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Tendências atuais das políticas educacionais na América Latina. In: SALIBA, A. T.; LOPES, D. B., SANTOS, M. L. (Org). **Coleção Desafios Globais**. Vol 3. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021, p.121 a 146. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Desafios-glo-bais_n.3-America-Latina.pdf

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**: teorias de educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez, 1989.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politécnica. **Trabalho, educação e saúde**, v. 1, p. 131-152, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000100010>. Acesso em: 12 de nov. de 2023.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista brasileira de educação**. v. 15, n. 45. Set/dez 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/yXjXQvzWfhSp5VNHX6KqKLh/?format=pdf>. Acesso em: 14 de mar. de 2023.